An aerial photograph of Faro, Portugal, showing a large white building with a red-tiled dome and a long building with a wooden facade. The image is overlaid with a large green rectangle containing text.

ANAIS DO MUNICÍPIO DE FARO

Volume XXXIX 2017

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Anais do Município de Faro | Volume XXXIX 2017

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

Município de Faro

DIRETOR

Joaquim Romero Magalhães, *Professor catedrático da Universidade de Coimbra*

CONSELHO COORDENADOR

Paulo Santos, *Vice-Presidente da Câmara Municipal de Faro*

Sandra Martins, *Chefe de Unidade de Bibliotecas e Arquivos*

Elsa Vaz, *Técnica Superior da Unidade de Bibliotecas e Arquivos*

COLABORADORES DESTE NÚMERO

A. Paulo Dias Oliveira, *DAH-FCHS-UALG SLHI-CHAM-FCSH-UNL/UAC*

Aziz José de Oliveira Pedrosa, *Especialista em História e Cultura da Arte, mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo*

Eliana Goufa, *Universidade do Algarve e e Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behavior (ICArEHB)*

Fernanda Zacarias, *Técnica Superior do Museu Municipal de Faro*

Fernando Pessanha, *Arquivo Histórico Municipal de Vila Real de Santo António*

Francisco Rosa Correia, *Universidade do Algarve*

Isabel Cruz, *Professora aposentada da Universidade do Algarve*

Joaquim Romero Magalhães, *Professor Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*

João de Deus Gomes, *Estudante da Universidade do Algarve*

João Leal, *Jornalista*

José d'Encarnação, *Universidade de Coimbra*

José Matos Guita, *Professor aposentado e Escritor*

Luísa Fernanda Guerreiro Martins, *PhD História; Câmara Municipal de Loulé; CIDEHUS/UÉvora; Projeto DIAITA / UCoimbra*

Marco Lopes, *Historiador e Diretor do Museu Municipal de Faro*

Marco Sousa Santos, *Mestre em História da Arte e Membro do CEPAC da Universidade do Algarve*

Marília Estêvão de Castro, *Professora aposentada do Ensino Secundário*

Patrícia Moreira Félix, *Licenciada em Património Cultural (Universidade do Algarve) e*

Investigadora do Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC/Universidade do Algarve)

CONCEÇÃO GRÁFICA

Cristina Palma e Miguel Costa

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Gráfica Comercial

ISSN

0871-0872

TIRAGEM

500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

36142/90

FOTOGRAFIA DA CAPA

© Filipe Madeira, Aero Foto Algarve, 910 487 886, filipefrm@hotmail.com

ÍNDICE

- 07 ANAIS: UMA REVISTA QUE SE RENOVA E QUE INOVA
Rogério Conceição Bacalhau Coelho
- 09 APRESENTAÇÃO DOS ANAIS 2017
Joaquim Romero Magalhães
- 13 A CERÂMICA PÚNICO-TURDETANA DE FARO NO PERÍODO ROMANO
João de Deus Gomes
- 43 NUNO FERNANDES DE ATAÍDE, “O QUE NUNCA ESTÁ QUEDO”
DE ALCAIDE DE ALVOR A CAPITÃO E GOVERNADOR DE SAFIM
Fernando Pessanha
- 61 BREVES NOTAS SOBRE D. JERÓNIMO OSÓRIO, BISPO DO ALGARVE
Joaquim Romero Magalhães
- 71 O CULTO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO REPOUSO DE FARO:
DE *LIMITADO NICHOS* A CAPELA SETECENTISTA
Marco Lopes
- 83 A DESCOBERTA DE UM “TESOURO” NUMISMÁTICO NA CIDADE DE FARO
Francisco Rosa Correia e Eliana Goufa
- 97 O ÓRGÃO DA SÉ CATEDRAL DE FARO E O ÓRGÃO DA SÉ CATEDRAL DE MARIANA:
UMA NARRATIVA CONVERGENTE
Aziz José de Oliveira Pedrosa
- 113 PINTURA ANTIGA NO MUSEU MUNICIPAL DE FARO
Patrícia Moreira Félix
- 137 ESPAÇO, MEMÓRIA E CULTURA
Fernanda Zacarias
- 151 CÂNDIDO GUERREIRO, O POETA QUE FARO SOUBE AMAR
Luísa Fernanda Guerreiro Martins
- 163 MATEUS MORENO (1892-1970) E O REGIONALISMO ALGARVIO
A. Paulo Dias Oliveira
- 181 CANTEIROS DE S. BRÁS DE ALPORTEL
José d'Encarnação
- 197 O ARQUITECTO JORGE OLIVEIRA E A POLÍTICA DE
OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO NOVO NA CIDADE DE FARO
Isabel Cruz
- 229 FARO: A ESTÁTUA DE D. AFONSO III E A QUESTÃO DA SUA LOCALIZAÇÃO
Marco Sousa Santos
- VISTOS E VISTAS
- 241 DESPEDIDA
Marília Estêvão de Castro
- 251 FARO, TEMPOS IDOS
João Leal
- 261 O BAILE
José Matos Guita

CANTEIROS DE S. BRÁS DE ALPORTEL

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

1. História e geografia

Apenas a 1 de Junho de 1914, após inúmeras diligências por parte do grupo republicano muito activo em S. Brás de Alportel, se logrou que ao sítio de Alportel fosse concedida a categoria de concelho, deixando de ser, a partir dessa data, freguesia do concelho de Faro.

Se as divisões administrativas, em teoria, devem corresponder a lugares com identidade própria, diferenciadora, e não obedecer a meros oportunismos políticos, hemos de convir que, já naquela altura, S. Brás de Alportel e as suas gentes pouco tinham a ver com Faro, quer devido às actividades a que umas e outras se dedicavam quer às características morfológicas e geográficas dos respectivos territórios.

Faro continuava, como hoje, muito ligado à ria, muito virado para o exterior; S. Brás, por seu turno, encravado entre colinas, tinha todas as marcas do Barrocal, tanto mais que desde muito cedo – eu ia a escrever, desde o tempo dos Romanos, e estava certo! – funcionou como entrada para a Serra e não foi impunemente e sem motivo que lhe deram nome de Al-portel, «a porta», como, noutros locais do País, temos várias Portelas, exactamente também com esse sentido de passagem.

E se a actividade agrária, mormente ligada ao cultivo da amendoeira,

da alfarrobeira, da oliveira – abundavam, até há poucos anos, os lagares de azeite – e da figueira, a que, nas zonas mais húmidas (assenta S. Brás sobre fartos veios aquíferos), se juntavam as árvores de fruto, como a laranja, a macieira, a ameixeira, se essa agricultura, repito, constituiu, durante muito tempo, a sua maior fonte de riqueza, foi o enorme desenvolvimento da indústria corticeira, com os montados da Serra, que gerou uma população enriquecida, que, arreigada aos ideais republicanos, não via com bons olhos a ingerência de Faro na sua economia. Curioso será verificar, aliás, que o alvará de concelho é concedido ao sítio do Alportel e não a S. Brás: nas nossas cédulas pessoais e ainda durante algum tempo no bilhete de identidade, vinha consignado que pertencíamos ao concelho de Alportel e à freguesia de S. Brás de Alportel, um dos casos particulares em que o aglomerado urbano mais importante, onde se concentram as instituições, detém formalmente menos poder administrativo que um dos singelos sítios do seu arredor. Só na reunião de Câmara de 5 de Maio de 1942 se deliberou, por unanimidade, que o concelho passasse a «ter o nome da sede do concelho» (*Actas*, folhas 137 e 137 verso)⁽¹⁾. Apesar disso, mesmo hoje, nos registos da carta de condução, o concelho que ainda figura no sistema é Alportel e não S. Brás de Alportel.

O «lagedo» de S. Brás

Os habitantes da zona sudoeste do concelho, mais acidentada, cedo se dedicaram, porém, à exploração do calcário que ali existia em abundância e cujas lajes eram fáceis de trabalhar. Célebre se tornou, por isso, a zona dos Funchais, encavalitada agora entre os concelhos de Faro e de S. Brás, em cujas pedreiras laboraram desde sempre (dir-se-ia) o pessoal do Corotelo e de Bordeira, ligados muitos desses trabalhadores por laços familiares, uma vez que são ambas povoações raianas dos dois concelhos e, até, das mais afastadas do núcleo urbano principal, o que lhes facilitou maior identidade.

No vol. II das *Memórias* (2008), o Padre Afonso da Cunha Duarte, faz-se eco do que Pinho Leal escrevera (1872, tomo III, col. 163):

«Há aqui muitas pedreiras de cal e muitos fornos em que se faz para a freguesia e para exportar».

1 | Documento 445 do livro *Monumenta Blasiana* (Vol. V das *Memórias de S. Brás de Alportel*), de Afonso da Cunha Duarte, S. Brás de Alportel, 2015, p. 573.

E, a propósito da actividade que chama de «pedreiro/canteiro», assinala ser profissão que passava de pai para filho, que «teve grande tradição em Corotelo e sítios limítrofes», a partir de 1860, indicando, inclusive, os nomes desses profissionais que encontrou nos registos desde 1713 até 1824, acrescentando que havia 21 em 1860, 41 em 1870, 54 em 1880 e 113 em 1938.⁽²⁾

Prestava-se facilmente esse calcário à preparação do que, na altura, mais precisão havia: soleiras de portas, peitoris de janelas, ombreiras, lintéis, forro a ponteiro ou a melão (para os lambris exteriores das moradias), lajes para os pavimentos, pias e bebedouros para os animais (Fig. 1). Tudo muito singelo e de fácil execução, ainda que, pouco a pouco, o engenho se aguçasse e, para o canteiro imaginoso, o singelo lintel deixasse de ser direito e ganhasse curvas simétricas quase a jeito de antigos portais manuelinos; e mesmo as vergas pudessem vir a usufruir, nas arestas, de uma outra graciosidade.

Não terão lido aquela célebre passagem do sermão do Padre António Vieira («Arranca o estatuário uma pedra destas montanhas, tosca, bruta, dura, informe; e depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão e começa a formar um homem: primeiro, membro a membro e, depois, feição por feição, até a mais miúda...»); contudo, a macieza do calcário depressa terá induzido alguns a tentarem esculpir algo mais significativo. Escreve o Padre Afonso: «Alguns notabilizaram-se na execução de brasões, fontes, repuxos e estatuetas» (*ibidem*).

Para perpetuar a memória desta actividade, ergueu-se o Geoponto dos Funchais (Fig. 2). Sobre ele podem ler-se, por exemplo, estas linhas numa das páginas da Internet:



Fig. 1 - Baltazar escarranchado na pia



Fig. 2 - Geoponto dos Funchais

2 | DUARTE (Afonso da Cunha), *Terras de Alportel* (vol. II da série Memórias de S. Brás de Alportel), S. Brás de Alportel, 2008, p. 64-65.

«Situado perto de uma pedreira centenária, apresenta uma bela vista panorâmica sobre a Serra Algarvia.

A unidade geomorfológica da localização deste geoponto é o Barrocal. As rochas existentes nesta zona formaram-se no Jurássico Superior entre os 161 a 146 milhões de anos. O mar na altura cobria toda a extensão do Algarve. Foi nesse mar do Jurássico que se formaram os calcários margosos e margas [...], que apresentam na sua textura «fósseis e organismos marinhos, actualmente extintos».

E adianta-se:

«A extracção de calcário nos Funchais existe há alguns séculos. Este era sobretudo utilizado para se fazerem pias, que serviam para dar água aos animais; servia também de cantarias para portas e janelas, degraus, pavimentos e, sobretudo, a famosa "Calçada" Portuguesa. Actualmente, estas rochas servem sobretudo para calçada e como rocha decorativa».

Será este, porventura, um eco do que Estanco Louro escreveu no livro clássico sobre a história de Alportel no capítulo que trata das indústrias extractivas:

«Esta espécie industrial limita-se hoje – sem que todavia esteja já passado o devido certificado de óbito à indústria mineira – à extracção de pedra para cantaria e para cal, cozida com mato.

É no sítio do Corotelo e Vargem do Grau que estão os estabelecimentos dos canteiros, ou melhor, que estes vivem, trabalhando por encomenda particular. Por isso, tais estabelecimentos – 7, ao todo – não estão aptos para vendas consideráveis. É a decadência de uma indústria que poderia ser próspera e capaz de uma produção quase inesgotável.

No concelho, há uma meia dúzia de fornos de cal em funcionamento – fornos de cal em ruínas encontram-se a cada passo – e que fabricam a cal alternadamente, de harmonia com as necessidades da região e o crescimento de mato e lenhas, nas suas proximidades. A cal é vendida, às arrobas, junto dos fornos e em dois depósitos, na vila; o proprietário de um forno é qualquer pessoa, em regra já habituada a tal exploração e que fabrica como viu fabricar.

É também indústria decadente e capaz de uma produção inesgotável. Bastava, como para a indústria da cantaria, um mercado para o produto».⁽³⁾

3 | LOURO (Estanco), *O Livro de Alportel*, S. Brás de Alportel, 1986 (reedição facsimilada).

3. A emigração

O que se passava do outro lado do Mediterrâneo não podia, naturalmente, ser indiferente à população algarvia. Aliás, acentuam Maria João Raminhos Duarte e Paulo Jorge Pires que «os contactos entre as povoações algarvias e os portos do Sudoeste da Andaluzia, Gibraltar e do Norte de África tinham já uma longa tradição», fruto da abertura, desde o domínio muçulmano, de «um corredor de comunicação gerador de um fluxo de contactos permanentes entre estas regiões luso-hispano-marroquinas».⁽⁴⁾

Por força do Tratado de Fez, de 30 de Março de 1912, o território central e sul de Marrocos transformou-se num protectorado, o chamado Protectorado Francês de Marrocos, que iria permitiria aos Franceses a construção de cidades, feitorias e portos e muito mais.

As constantes quezílias entre tribos levaram, porém, a França a procurar cimentar a sua autoridade, no que, aliás, era pressionada pela – podemos dizer – multidão de colonos que, de imediato, começaram a demandar a região, comprando propriedades agrícolas, incentivando a exploração mineira e o comércio. E, desta sorte, o governador-geral Hubert Lyautey (1912-1925) logrou propor uma administração conjunta marroquino-francesa, salvaguardando as tradições locais e iniciando uma série de obras públicas, nomeadamente urbanísticas, poupando, no entanto, os centros históricos das cidades, o que lhe granjeou ainda maior favor.

Para essas obras, em que o cunho da arquitectura francesa naturalmente se impôs (a malha urbana do litoral de Casablanca, com suas *villas* entre o arvoredo, é quase um retrato do litoral das Landes de Gascogne, com centro, porventura, em Arcachon, no Sudoeste francês...), foi necessário chamar mão-de-obra.

Ora acontece que o primeiro administrador do novo concelho de São Brás de Alportel, foi, a partir de 15 de Agosto de 1914, data da posse da Comissão Executiva, João Rosa Beatriz (1881-1960), que, tendo-se exilado em Marrocos, em 1916, viria a exercer, as funções de vice-cônsul de Portugal em Mazagão, nomeação oficialmente confirmada a 15 de Fevereiro de 1924; como tal – e estamos a recordar, pelo paralelismo, ainda que por outros motivos, a figura de Aristides de Sousa Mendes... –, não hesitou em facilitar a ida de são-brasenses para Marrocos; ali entravam clandestinamente

4 | DUARTE (Maria João Raminhos) e PIRES (Paulo Jorge), *O Testamento Político de João Rosa Beatriz*, Edições Colibri e Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, 2003, p. 203.

e João Rosa Beatriz facultava-lhes a documentação necessária para residirem e trabalhar. Muita gente do Corotelo e de Bordeira demandou, por isso, Marrocos, onde havia ocupação que sobrava nas referidas e prestigiadas obras públicas que o governo francês estava a erguer. Aliás, o seu empenho em ligar a Marrocos a sua terra natal levou-o ao extremo de propor – o que conseguiu – que Mazagão tivesse uma rua com o nome de S. Brás.

Republicano dos quatro costados, paladino da liberdade, conscientemente pediu a exoneração do cargo quando Salazar implantou o Estado Novo, em 1933; manteve-se, porém, em Marrocos e, como assinala Glória Maria Marreiros,⁽⁵⁾ «do exílio enviava notícias e palavras de incentivo para o jornal *República* e, em Marrocos, sempre que havia festas ou manifestações políticas, lá estava ele com a bandeira portuguesa». Foi numa dessas manifestações, a 11 de Novembro de 1940, que ousou enfrentar as autoridades oficiais francesas, manifestando-se contra a capitulação da França na II Grande Guerra. Teve como castigo o ser-lhe determinada judicialmente residência fixa em Meknés, cidade onde quis permanecer mesmo depois de as tropas aliadas terem desembarcado no Norte de África. Viria a falecer em Casablanca, para onde se mudara após a morte da esposa. No entanto, a sua permanência em Meknés mais terá contribuído, em meu entender, para continuar a apoiar a ida de são-brasenses, porque Meknés era – e continua a ser, na actualidade – uma importante zona de exploração de pedra.

Data desse período o naufrágio, cuja notícia, publicada num diário da altura, foi, em boa hora, repescada pelo *Notícias de S. Braz*, na sua edição de 20 de Novembro de 2015, sob o título «Em 1949, numa frágil embarcação rumo a Marrocos, desapareceram 19 pessoas, algumas do Corotelo, S. Brás de Alportel, que embarcaram nesta aventura». E aí se diz, a dado passo:

«Ao cabo de quatro meses, continua a não haver notícia do paradeiro daquele pequeno barco de sete metros de comprimento sem condições para navegar em dias de ondulação mais forte, no qual partiram em demanda da terra marroquina dezanove pessoas – homens, mulheres e crianças».

E vale a pena acrescentar – porque, mesmo sem o querer, confirma cabalmente o que se acabara de escrever – que, da lista, constavam expressamente:

«Manuel Joaquim de Brito, de 68 anos, canteiro, e sua filha, Lucília de Brito Mendonça, de 30 anos, solteira; Hermínia de Jesus Mendonça, de

5 | MARREIROS (Glória Maria), *Quem foi quem?: 200 Algarvios do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 71-74.

34 anos, seu marido, José Martins Carvalho, de 35 anos, canteiro, um filhinho de 15 dias e uma filha de 4 anos; Maria Duarte de Jesus Martins; Maria Bárbara Guerreiro Augusto, de 36 anos, casada, e sua filha, Florinda Augusta, de 16 anos, que iam juntar-se a seu marido e pai residente em Casablanca (Marrocos), todos naturais e residentes no sítio do Corotelo, São Brás de Alportel».

Poderá perguntar-se da razão de se dar tamanho relevo à ida de são-brasenses para Marrocos nesse 1º quartel do século XX – como iriam também para a Argentina e o Brasil.

É que, acabadas as obras, se muitos por lá ficaram, outros, os mais novos, regressaram a S. Brás e aí se deram conta de que, em Lisboa, estava a acontecer algo de semelhante ao que se passara em Marrocos: uma política de grandes obras públicas, de glorificação do regime, nomeadamente na preparação da grande Exposição do Mundo Português de 1940, que viria a transformar, por completo, a chamada Praça do Império, e na construção da auto-estrada Lisboa – Estádio Nacional, na edificação do «Palácio das Cortes»...

Para essas obras a maior parte da matéria-prima seguia de Cascais, onde a exploração de pedra ganhou, então, uma importância económica dominante. Por isso, os são-brasenses vindos de Marrocos pouco tempo se ficaram por S. Brás e trataram de demandar a ora designada Grande Lisboa, designadamente a zona de Cascais, onde as pedreiras abundavam e a tradição do trabalho da pedra vinha desde prístinas eras, pois que já ao tempo de el-rei D. Manuel I a Rua Nova dos Mercadores fora calcetada com pedra ida de Cascais e de Cascais fora, para orientar a construção do convento de Mafra, em tempo de D. João V, Mestre Barambilha, que, segundo a tradição, conhecia as pedras como as palmas das suas mãos. Na freguesia de Cascais se fixou, portanto, uma grande «colónia» de são-brasenses, cuja maior parte por aqui criou laços familiares e deixou descendência, à excepção daqueles que, tendo fazendas (como se dizia) 'lá em baixo', se decidiram a ir viver para lá o tempo da reforma.

Ora, o que tem a ver Marrocos com Cascais, no caso dos canteiros?

Posso asseverar que só mui recentemente o vim a saber, em conversa com os canteiros saloios de cá. É que, em Marrocos, os canteiros são-brasenses haviam aprendido mais eficazes técnicas de trabalhar a pedra e haviam trazido, além disso, outro tipo de ferramenta mais adequada: o

ponteiro redondo (e não de secção rectangular)⁽⁶⁾ e a bujarda (do francês «boucharde»), por exemplo. E, inclusive, a forma de 'abordar' a pedra, ou seja, a posição que adoptavam para a trabalhar era mais indicada ao objectivo a obter.

4. *A evocação dos canteiros são-brasenses em Cascais*

David Correia Encarnação foi – com Manuel Mamede dos Santos (este, sim, o primeiro canteiro corotelense a vir trabalhar para as pedreiras da freguesia de Cascais nos finais da década de 40), Manuel Farias, os irmãos Quintas e tantos outros – um dos canteiros são-brasenses mais conhecidos. Natural de S. Romão, esteve largos anos no lugar de Birre e depois emigrou, também ele, mas para o Canadá; vive hoje no Sítio da Campina e a sua moradia distingue-se logo das demais pelas várias esculturas que lhe ornamentam a entrada e o jardim fronteiro. O seu sonho era imortalizar num monumento esse antigo «encontro» entre S. Brás de Alportel e Cascais. Moveram-se as vontades e o sonho tornou-se realidade, no Dia de S. Martinho de 2006.

A Associação Cultural de Cascais apresentou o projecto à Junta de Freguesia, que prontamente o apoiou; a Câmara seguiu-lhe o exemplo; um dos proprietários de pedreira ainda em laboração, José Policarpo Duarte, da Polibloco, cedeu o bloco de bom azulino de Cascais em bruto; canteiros da região de S. Domingos de Rana associaram-se na preparação da placa e na gravação dos dizeres.⁽⁷⁾ Quisemos que ali estivessem representadas três espécies de matéria-prima: o azulino de Cascais no bloco, o calcário de S. Brás no barril que encimou o monumento, obra escultórica de David Encarnação, e o mármore branco de Estremoz, que pouco a pouco viera destronar os calcários atrás citados, pela sua qualidade e importância económica também.

6 | Já se disse que a necessidade aguça o engenho: os primeiros ponteiros de secção redonda usados pelos canteiros saloios resultaram do aproveitamento das molas dos velhinhos automóveis Citroën.

7 | Os nomes dos ofertantes figuram no verso da placa; embora não se vejam, quisemos que aí ficassem para a posteridade: António Francisco dos Santos Clérigo, que ofereceu o trabalho da placa; seu sócio, Carlos Sabino, que ofereceu a placa; e o nosso conhecido canteiro e poeta Celestino Costa que procedeu à gravação das letras.

Ao texto se deu o título de «Memórias» e já vai compreender-se porquê:

Barril, o símbolo das tabernas que, entre os anos 40 e 80 do século xx, foram ponto de encontro dos que, de sol a sol, trabalhavam a pedra na freguesia de Cascais: em Birre, o Torretas e o David; na Aldeia de Juso, o Caracol e o Gaiteiro; no Cobre, o Saragoça e o João Gordo; na Barraca de Pau, o Manel Martins e o Peixoto; na Torre, o «Perna de Pau»...

Canteiros de Coimbra, de Alcains, mas sobretudo de S. Brás de Alportel, de Bordeira, de Santa Bárbara de Nexe, de Ferreiras... algarvios que foram pioneiros na descoberta e preparação do azulino cascalense...

Colocado a meio da Rotunda Carlos Zel, sensivelmente o centro geográfico da freguesia de Cascais, no lugar de Birre, para onde convergira a maior parte dos são-brasenses, celebra o monumento (Fig. 3) o que foi esse mui saudável encontro de canteiros vindos de Ançã (Cantanhede), de Alcains e do Algarve. Hoje, tem Cantanhede o Museu da Pedra; Alcains, o Museu do Canteiro; há em Cascais este monumento, réplica, de certo modo, do Geoponto dos Funchais, que lhe serviu de inspiração, porque também nele se representaram, em baixo-relevo, os principais instrumentos de trabalho do canteiro: a maceta, a bujarda, o ponteiro, o escopro e o esquadro. E o barril mostra como eram as tabernas os locais privilegiados desse convívio, onde, entre um copo de vinho de três ou de dois, tirado directamente do barril que vinha de Torres Vedras, se jogava às cartas ou ao dominó, ao chinquilho ou mesmo ao burro, de quando em vez.

Camisas de riscado ou de flanela, calças de cotim ou de ganga (as de bombazina, trazidas de contrabando pelos alcains, reservavam-se para os dias de festa, enquanto novas...), botas cardadas e de bom couro, que amiúde careciam de meias solas ou de uns tombos. Havia quem conseguisse caneleiras, botas de cano alto, mais



Fig. 3 - Monumento de Birre

cómodas, para evitar a entrada da terra, e o especialista era um sapateiro de Santa Susana (Alcácer do Sal), a quem expressamente se encomendavam.

5. O dia-a-dia na pedreira

Acompanhei, em criança, muitas vezes, o meu pai, que era cabouqueiro. A maior parte dos trabalhadores das pedreiras por onde foi passando era são-brasense ou do Algarve. Penso, pois, que descrever o que me recordo ser o dia-a-dia de uma pedreira em Cascais não se afaste muito do que seria a faina de uma pedreira nos Funchais. Perdoar-me-á, pois, o leitor se essa experiência transmito, eu, que, aos oito anos, ganhei os primeiros escudos e as primeiras bolhas nas mãos a fazer brita para o macadame das estradas, a partir do cascalho que sobejava dos canteiros...

Sabia-se, logo pelo aspecto exterior e pelo que aparecia aqui e além, que aquele mato esconderia bons filões de calcário. Arrendava-se ao proprietário e solicitava-se autorização à Direcção-geral de Minas para exploração de pedra. O solicitante teria de possuir obrigatoriamente cadastro limpo, porque iria necessitar de comprar pólvora seca (aquela que se fazia na Fábrica de Barcarena).

Cumpria aos trabalhadores a tarefa de roçarem os carrascos, as silvas, os zambujeiros, os tojos, de modo a pôr os bancos a descoberto. Bancos cujo aspecto era minuciosamente observado, para se saber como se lhe havia de pegar, atendendo, inclusive, às encomendas em carteira e que o patrão já estudara com toda a atenção, a fim de aproveitar o melhor possível o que se pusera a descoberto.

A segunda operação era, portanto, a de marcar o sítio onde se devia fazer o tiro, que iria separar um bloco do banco. Sentava-se um trabalhador num banco improvisado (geralmente, um pedaço de tronco a que se pregara um bocado de tábuas e, sobre ela, uma saca dobrada, para não ferir o «assento»). Segurava com as duas mãos no pistão, rodando-o após cada forte batidela do maçacopas, manobrado pelo companheiro, a fim de que o buraco fosse circular. De quando em quando, deitava-se uma pouca de água, para facilitar o corte; e, depois, tornava-se necessário ir retirando o pó de pedra acumulado no furo. O instrumento era artesanal: cortara-se aí um metro e tal dum daqueles ferros que serviam para fazer o cimento armado e espalmava-se-lhe a ponta, na perpendicular, a fim de servir de colherim.

Podia demorar uma hora ou mais essa tarefa de abrir o furo, cuja profundidade era a experiência que ditava qual a adequada para o fim em vista.

Precisava-se, porém, de dar uma orientação ao corte. Para isso servia a arraiadeira, uma espécie de pistão, mas com a parte inferior espalmada, cortante e de largura superior à do diâmetro do buraco, a fim de criar uma zona débil, orientadora – queria-se – da direcção pretendida.

Tudo se secava muito bem. Dentro duma folha de jornal, bem apertada, o punhado de pólvora bastante para provocar o corte do bloco; com ela, naturalmente, a ponta do rastilho, de que ficava cá fora aí um palmo ou pouco mais. O segredo, agora, estava em atacar o furo com torrões de argila seca, tudo muito bem calcado, a fazer pressão sobre o punhado de pólvora que ficara no fundo.

Vamos supor que nos encontramos já numa pedreira em laboração. A cena descrita passa-se, pois, na cova, ou seja, na zona de exploração em expansão (Fig. 4). Para o lado de cá, espalhados pela cascalheira, os canteiros, cada um no seu canto preferido e sempre de modo a que as lascas que o seu trabalho fizesse saltar não fossem ferir o vizinho. O processo do tiro era tarefa da exclusiva responsabilidade do cabouqueiro, aquele que detinha superior licença para usar pólvora. Munira-se já de uma placa de zinco, de ramos de pinheiro, de algum madeiro maior e, quando chegava o momento, gritava «fogo!». Era o sinal: ia, com o isqueiro ou o fósforo, dar fogo ao rastilho, punha logo em cima a placa, as ramadas, o madeiro, para que os estilhaços se não espalhassem pelo ar e fossem ferir alguém. Abrigava-se, pois, sob o telheiro ou na baraca o demais pessoal e o próprio cabouqueiro estrategicamente se afastava, não sem, mesmo inconscientemente, elevar uma prece aos Céus, para que tudo desse certo. Demorava uma eternidade o queimar do rastilho até ao fundo, a incendiar a pólvora e a dar o estoiro. Uma eternidade que nem a um minuto chegava. Toda a passarada fugia, os canitos ladravam e punham o rabo entre as pernas. Amiúde, saltavam lascas pelos ares e era preciso todo o cuidado para não se ser atingido.

Tivera êxito? Ótimo! Nova conversação entre os responsáveis para saber o que fazer de seguida.



Fig. 4 - A cova e o trabalho do cabouqueiro

Quando, já pelos anos 60, começaram a proliferar as serrações, não era raro que elas próprias encomendassem blocos inteiros, a cuja serração procediam depois, de acordo também com as encomendas que recebiam. A tarefa de pôr um bloco, de algumas toneladas, em cima da camioneta era, sem dúvida, uma das mais trabalhosas, a exigir perícia e imenso cuidado para segurança de todos. Usava-se o macaco para o pôr a jeito e o carpão que enrolava cabos de aço que o arrastava sobre troncos roliços de árvore.



Fig. 5 - Os guilhos

O mais habitual, no entanto, seria medir o bloco, analisar-lhe o aproveitável e decidir-se por cortá-lo consoante era preciso. Tarefa de cabouqueiro (Fig. 5), que iria seguir um procedimento que já vinha do tempo dos Romanos e ele disso nada sabia, porque a prática lhe fora transmitida de geração em geração, sem preocupações históricas nem elucubrações livrescas. Tudo muito terra-a-terra: «O que é preciso fazer?».

Agarrava no metro articulado amarelo, que marcava os centímetros e as polegadas, pegava numa tábua que sempre servira de régua improvisada e com o rijo lápis número 3 (agora já há o nº 5) ou mediante o carvão do eléctrodo de uma pilha que se desmanchara, riscava o corte e apontava os sítios onde deveria abrir os caboucos. Escarranchava-se num pedaço de manta ou de serapilheira e, de maceta e ponteiro em punho, abria o buraco onde iria pôr o guilho (os Romanos usariam cunhas de madeira, que depois encharcavam para inchar e a pedra fendia com a força). Aproveite-se o ensejo para, mais uma vez, trocar da moda de os restaurantes terem, por exemplo, «gambas à la guilho», estúpida tradução, que perdura, do prato espanhol «gambas al ajillo»!... Todos os guilhos a postos, era ir batendo ora num ora noutra com o camar-telo, para que homogeneamente fossem penetrando no bloco.

6. Da cova para a laboração

O cabouqueiro ganhava à jorna, tal como os trabalhadores indiferenciados, os que limpavam o mato, cavavam a terra para pôr o banco a descoberto, iam à água ao chafariz da aldeia, ajudavam a transportar as pedras a pau-e-corda... E esse seu trabalho de cortar as pedras repetia-se as vezes que fosse preciso para que os 'retalhos' (digo eu) se aproximassem das medidas que o desenho do projectista encomendara para a casa: as soleiras, as vergas, o forro a melão (Fig. 6), o forro a ponteiro (Fig. 7), os lintéis... Os fragmentos maiores, que não tinham serventia de obra aproveitavam-se para cascões, que iam pavimentar ruas ou outros espaços públicos (Fig. 8).

E aí entrava o canteiro, que, entretanto, dera por terminada a pedra que escolhera. Ia até à cova, procurava saber o que havia para fazer, namorava as pedras em bruto e, quando não houvesse determinação superior ou pressa de encomenda, optava por aquela que melhor se coadunasse com o seu jeito.

Iniciava-se, depois, a operação do transporte. Dois ou quatro homens, conforme o comprimento do bloco que ia ser trabalhado, prendiam correntes sob a pedra, agarravam em dois paus roliços, donde as correntes iam pender e... ala que se faz tarde! Com pedaços de saca de serapilheira ou mesmo de sacos de cimento no ombro, para não se ferirem, carregavam, cadenciados, até ao lugar do canteiro.

E aí começava outro namoro: por onde é que eu vou começar? Daqui tenho de fazer um peitoril, com ranhura para servir de batente à porta ou à janela e para impedir que a água



Fig. 6 - Forro a melão



Fig. 7 - Forro a ponteiro



Fig. 8 - A fazer cascões



Fig. 9 - Peitoril de janela polido

da chuva entre, um buraco para escoamento da água que porventura se acumule... (Fig. 9) Por onde é que eu lhe vou pegar? Conferia, de novo, as medidas. E, decisão tomada, calçava-a com outras pedras, pegava no escailhador e desbastava o que estava a mais nas dimensões pretendidas. Daí por diante, o peitoril ia ganhando forma, até parecia impossível, mas

umas ponteiradas aqui, umas escopradas além, por fim, a bujarda ou um escopro de dentes... e, ao fim de horas, o peitoril aparecia em todo o seu esplendor e nas medidas correctas. Mais uma peça a receber, porque ele, o canteiro, ganhava de empreitada, recebia ao sábado, de acordo com as peças que lograra acabar. Compreende-se, neste momento, a preocupação do dono da pedreira: orçamentara a obra, tendo em conta todo este processo do seu tratamento desde o corte do banco à carícia final do canteiro; orçamentara conforme a experiência lhe ensinara, de forma a ganhar com todo esse processo algum dinheiro que valesse a pena!

7. *Curiosidades*

Como criança, tinha de andar com cuidado por meio de todo aquele cascalho, não torcesse um pé ou não me saltasse à cara uma lasca vinda não se sabia donde. Adorava a cerimónia do «fogo!», mas meu pai não hesitava em chamar-me a atenção para os fósseis de trilobites, de amêijoas, de berbigões, de pontiagudos caracóis marinhos que aquele calcário amiúde ciosamente guardara. Por vezes, tinha-se de os partir, que as dimensões assim o exigiam; doutras, retiravam-se com cuidado e era mais uma prenda que eu levava para casa, como se fora um tesouro.

Outra operação que me seduzia era o betumar. Nem sempre a pedra obedecia ou aparecera, entrementes, inoportuno veio, que fracturava onde menos se esperara. Tornava-se necessário, por conseguinte, fazer um remendo, tapar esse buraco, refazer a aresta partida. Betumava-se, então. Era uma espécie de pó de pedra com cola à mistura, mas uma cola especial, o betume, e o defeito ficava disfarçado por completo, sólido como se sempre assim estivera agarrado à pedra. Creio que para isso se usava também o maçarico para fazer o calor necessário para a cola agarrar de vez. E, se

necessário, dava-se no fim um pouco de esmeril para ficar com aspecto impecável.

Mas o maçarico fez-me lembrar outra cena, a que muita vez assisti, até porque meu pai acabara por improvisar uma forja num dos barracões do quintal. Era de aço a ferramenta; mas tanto bate, tanto bate que ficam rombos os cortes dos escopros ou grossas as pontas dos ponteiros. Havia, pois, que levá-los à forja. E era um encanto ver tudo aquilo ao rubro (Fig. 10), meu pai pegar no ponteiro com uma tenaz e sobre a bigorna bater compassadamente em cada um dos quatro lados da ponta do ponteiro, para o aguçar. Operação que poderia repetir-se duas ou três vezes, entremeada com leve mergulho da ponta na pia de água, para facilitar a operação; por fim, era mesmo nessa pia que ficavam durante o tempo considerado suficiente para que o 'tempero' atingisse o ponto requerido.



Fig. 10 - Forja

Nunca me ofereci para aguadeiro, porque a bilha de barro era peso de mais para mim. Mas lembro-me bem que sub-repticiamente se vigiava a ida do aguadeiro à aldeia, não fosse demorar tempo a mais, mesmo que lhe houvessem encomendado também que trouxesse da taberna um macinho de mortalhas ou uma onça de tabaco. Sei que a bilha ficava, isso sim, no lugar mais abrigado da pedreira, para estar bem fresca. Bebia-se por um púcaro de alumínio ou de esmalte ou mesmo por um cocharro que alguém havia trazido do Algarve ou do Alentejo e oferecera à companhia.

Já falei do canito. Creio que pedreira sem cão – da comunidade ou de alguém em particular – não era pedreira digna de seu nome. Passava o dia na sorna à sombra do telheiro (não, para a barraca de madeira onde se guardavam as ferramentas não tinha direito a ir), ficava no telheiro feito de canas e mato ou escolhia um recanto onde brisa fresca soprasse. À hora do almoço, era a festa: de olhos brilhantes, ora para um ora para outro, a ver quem poderia partilhar com ele um osso ou um pedaço de pão...

O baixo-relevo, da autoria do canteiro saloio Celestino Costa («lavrador de pedras e de versos», como eu lhe chamo), retrata bem esse ambiente (Fig. 11), ainda que o localize numa 'oficina' – que as havia em Lisboa, por exemplo na



Fig. 11 - Quadro do Celestino

Travessa do Ferragial: à esquerda, o aguadeiro; depois, dois dos canteiros de maceta numa, escopro ou ponteiro em punho na outra mão; ferramenta pelo chão; a tarreta de cortiça para o almoço; o canito; ao fundo, com o maçacopas, outro canteiro desbasta uma aresta; à direita, o cabouqueiro faz os buracos para os guilhos ou pinchotes. Variado é, como se vê, o modo como se protegia a cabeça: chapéus de feltro, boinas bascas (as mais habituais) e também um barrete (mais de uso dos saloios, mas meu pai também o tinha para o Inverno).

Muita vez fui a Lisboa, ainda jovem, a uma drogaria da Baixa, a única que vendia bocas de bujarda. Já não lembro bem, mas creio que havia bocas de seis, de oito ou de nove, conforme o número de bicos que tinha (hoje, a boca da bujarda alembra-me sempre a Casa dos Bicos, em Lisboa, porque os bicos eram assim). Foi um dos instrumentos que os algarvios trouxeram para Lisboa e que haviam conhecido em Marrocos, vindo de França; por isso, só aquela drogaria as importava.

Uma palavra ainda para o canteiro que servia o escultor, pois amiúde tal se desconhece. As esculturas diante da fachada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra são da autoria de Barata Feio (1951), mas o escultor apenas fez o modelo em gesso e de pequenas dimensões. Coube a tarefa de as executar a uma das oficinas mais célebres de Pêro Pinheiro, a de J. Raimundo – e lá está, numa das esculturas, discretamente, a legenda: «J. Raimundo – Canteiro – Pêro Pinheiro». Cumpria, pois, ao canteiro «tirar o ponto», ou seja, verificar as proporções, usando amiúde a cruzeta (Fig. 12) para maior ser o rigor.

E apetece-me terminar, citando de novo o Padre António Vieira:

«Arranca o estatuário uma pedra destas montanhas, tosca, bruta, dura, informe; e depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão e começa a formar um homem. [...] E fica um homem perfeito, e talvez um santo que se pode pôr no altar».

Canteiros e escultores são capazes de fazer um «homem perfeito». Assim nós, os que temos responsabilidades de cidadania, usando dos instrumentos ao nosso dispor, pudéssemos, com tamanha maestria, formar... homens perfeitos!

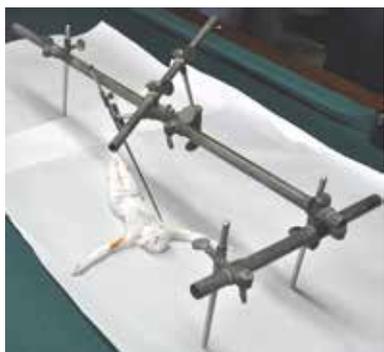


Fig. 12 - Demonstração do uso da cruzeta

José d'Encarnação